

Melhora do emprego formal é vista com cautela por analistas

Por Ana Krüger e Thais Carrança

O mercado de trabalho formal surpreendeu em fevereiro, com a geração de 173,1 mil vagas com carteira. Foi o melhor desempenho para o mês desde 2014 e superou a mais alta estimativa dos economistas. O governo comemorou o resultado, que, no entanto, foi recebido com cautela por analistas, em meio à recente piora do ambiente para aprovação da reforma da Previdência.

O saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro superou o de janeiro, quando foram geradas 34,3 mil vagas, e o de fevereiro de 2018 (61,2 mil). Também ficou acima da média das estimativas de 19 consultorias e instituições financeiras, de abertura de 89,8 mil postos de trabalho, com intervalo de 50 mil a 150 mil.

Surpresa positiva

Saldo de vagas formais no Caged* - em mil



Fonte: Caged. *Dado sem ajuste para inclusão de informações enviadas com atraso pelas empresas

INFORME

Por setores, o grande destaque foi serviços, com a geração líquida de 112,4 mil empregos formais em fevereiro. Dentro de serviços, ensino abriu 47,7 mil postos, refletindo a volta às aulas. Também tiveram desempenhos positivos a indústria de transformação (33,5 mil vagas), administração pública (11,4 mil), construção civil (11,1 mil), comércio (6 mil), extrativa mineral (985) e serviços industriais de utilidade pública (865). O único setor que fechou postos foi a agricultura, com 3,1 mil vagas encerradas.

Entre as regiões, o Sudeste puxou a criação de vagas em fevereiro, com saldo líquido positivo de 101,6 mil postos. Em seguida, vieram Sul (66 mil), Centro-Oeste (14,3 mil) e Norte (3,6 mil). Já a região Nordeste foi a única a registrar saldo negativo, com fechamento de 12,4 mil postos.

O trabalho intermitente, modalidade criada pela reforma trabalhista, criou 4,3 mil empregos em fevereiro. No chamado regime de tempo parcial, foram gerado 3,4 mil postos. Já na demissão mediante acordo entre empregador e empregado, houve 19 mil desligamentos no mês, aumento de 71% sobre um ano antes.

Inicialmente não escalado para a entrevista coletiva do Caged, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, informou pessoalmente o resultado de fevereiro. Segundo ele, os números "sinalizam retomada de investimentos de médio e longo prazo" e "que a desburocratização, uma visão mais liberal da economia, passa confiança para a contratação de novos funcionários". O secretário afirmou ainda que a perspectiva é de que a retomada no mercado de trabalho continue nos próximos meses.

Após Marinho deixar a entrevista em Brasília, o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, foi mais cauteloso. "O saldo de fevereiro é bastante positivo inclusive com relação às expectativas do mercado, mas é preciso ter cuidado, existe uma sazonalidade. É importante olhar para um conjunto de meses para ter certeza", ponderou Dalcolmo.

Economistas ouvidos pelo Valor também optaram pela precaução ao comentar o resultado. Para Fabio Silveira, sóciodiretor da MacroSector, o desempenho positivo de fevereiro parece ter sido algo pontual, que não deve se repetir em março ou ter sustentabilidade ao longo do ano.

Segundo ele, o surpreendente resultado de fevereiro, puxado pelo setor de serviços, sugere um destravamento de atividades que estavam amarradas pela dinâmica das eleições. Ele avalia que pode ter havido ainda impacto da baixa dos juros ocorrida no ano passado, efeito que deve se esgotar no primeiro semestre. Além disso, o maior número de

INFORME

dias úteis em fevereiro, devido ao Carnaval em março, também pode ter contribuído positivamente, o que torna improvável que o forte desempenho se repita em março.

Para Renan de Pieri, professor de economia do Insper, o bom resultado pode estar relacionado a três fatores: o fraco resultado de janeiro, que pode ter sido parcialmente compensado em fevereiro; a crescente confiança do empresariado nas regras da reforma trabalhista; e o início do novo governo e confiança nas reformas nos primeiros dois meses do ano.

"Isso mudou um pouco nos últimos dias, com turbulências políticas e desalinhamento aparente entre Legislativo e Executivo. Talvez um pouco desse otimismo se perca nos próximos meses", afirma. "A criação de empregos pode ser revertida se o mercado começar a achar que a reforma não vai sair."

Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, destaca que o dado de fevereiro interrompeu a dinâmica dos meses anteriores, quando a geração de vagas vinha perdendo fôlego. Na série dessazonalizada pela consultoria, o resultado de fevereiro representa geração de 97,4 mil postos, ante 74 mil em novembro, 40 mil em dezembro e 20 mil em janeiro. "É um dado discrepante, mas ainda temos que ter cautela", afirma. "Se é claro que ele contraria os meses anteriores, não é clara a dinâmica dos próximos meses."

Só 43% dos desempregados obtêm vaga

Por Bruno Villas Bôas

A economia cresceu pelo segundo ano consecutivo em 2018, mas a minoria dos brasileiros que procuravam emprego conseguiu tirar proveito disso. Levantamento da consultoria IDados mostra que apenas 43% dos trabalhadores que estavam desempregados no quarto trimestre de 2017 conseguiram uma vaga no mercado até o fim do ano passado.

Além de poucos terem conseguido ocupação, a remuneração média recebida por esse grupo foi de R\$ 1.287 por mês, 60% do que os trabalhadores recebem em média no país (R\$ 2.254). O valor é inferior porque são postos precários, sem a carteira de trabalho assinada e "por conta própria" - espécie de trabalho autônomo.

Segundo Guilherme Hirata, pesquisador do IDados, os cálculos mostram que o comportamento do mercado de trabalho seguiu decepcionante no ano passado, que foi marcado por instabilidades como a greve dos caminhoneiros e as eleições. "Os grandes empregadores não investem ainda com incertezas sobre a reforma da Previdência."

INFORME

Para chegar aos números, a IDados usou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, levantamento que visita 70 mil domicílios por mês. A consultoria usou um método de cálculo que permite acompanhar os integrantes da amostra da pesquisa do IBGE ao longo do período de um ano - cada um é entrevistado cinco vezes.

"Claro que 43% das pessoas terem conseguido emprego não significa que o desemprego caiu 43% no ano passado, já que outras pessoas que estavam empregadas perderam a vaga no período. O levantamento é importante para a gente entender como está a porta de entrada do mercado de trabalho", afirmou Hirata, cujo estudo não traz números absolutos.

Dados do IBGE mostram que o país tinha 12,2 milhões de pessoas procurando emprego no fim de 2018, 297 mil pessoas a menos que no fim de 2017. A taxa de desemprego recuou de 11,8% no fim de 2017 para 11,6% no fim de 2018. Apesar da queda tímida, foi a menor taxa de desemprego para o período desde 2015.

Das pessoas que estavam desempregadas havia um ano ou mais, a pesquisa identificou que 35% não encontraram emprego ao longo do ano passado. Outros 22% tornaram-se inativos (nem empregados nem procurando vaga). Havia uma parcela menor de "desalento", como o instituto chama as pessoas que desistem de procurar emprego por acreditar que não conseguirão vaga.

Rodolfo Machado, 57 anos, trabalhava em uma obra do governo do Estado em São Gonçalo, região metropolitana do Rio, que foi interrompida há pouco mais de um ano. Ele procurou emprego durante boa parte de 2018, mas o mercado de construção civil da cidade não ajudou.

Agora, Machado passou a coletar material reciclado pela capital. "Cato latinhas de alumínio e garrafas PET e vendo. Consigo algum dinheiro, mas envio para os meus três filhos que moram com a mãe." Ele desistiu de procurar um emprego formal e fixo e vive a maior parte do tempo em hotéis sociais na região central do Rio de Janeiro e também da caridade de organizações sociais.

O país tinha, no fim de 2018, 5 milhões de pessoas em busca de emprego havia um ano ou mais, o chamado desemprego de longa duração. Especialistas dizem que existem evidências de que pessoas desempregadas há tanto tempo tendem a se tornar menos produtivas, num círculo que as mantém fora do mercado.

INFORME

Brasileiros querem mudar de emprego, de área ou de função

Por Letícia Arcoverde

O brasileiro começou o ano inquieto no emprego. Segundo levantamento da empresa de recrutamento Robert Half, a maioria dos profissionais tem planos de promover mudanças na carreira como trocar de empresa, mudar a área de atuação ou buscar uma promoção onde estão.

Os dados fazem parte da 7ª edição do Índice de Confiança Robert Half. Foram ouvidos, no total, 1.161 profissionais com mais de 25 anos e formação superior, atualmente empregados ou desempregados, além de recrutadores de empresas.

Só 13% dos profissionais empregados gostariam de ficar no mesmo cargo e empresa em 2019. A maior parte (34%) tem planos de tentar ser promovido na companhia em que está hoje, mas quase metade está olhando para fora.

Entre eles, 29% vislumbram mudar de empresa e 11% buscam uma mudança maior, que inclui não só trocar de companhia como migrar para outra área de atuação. Para 5%, o plano é abrir o próprio negócio.

Para Fernando Mantovani, diretor-geral da Robert Half no Brasil, a possibilidade de melhora no cenário econômico contribui para tirar os profissionais da inércia.

Mudar de emprego é mais difícil quando o mercado está menos aquecido, mas também é mais arriscado - se a mudança não der certo, fica difícil achar outras oportunidades. "Quando eu começo a ouvir notícias positivas de alguém que arrumou emprego, eu não só crio coragem, mas sou cutucado a pensar e me mexer", diz.

A profissionais que querem mudanças, Mantovani diz que é preciso se preparar. Na sua opinião, o primeiro passo é entender por que se quer sair da função - um aumento seria suficiente para acalmar os ânimos, ou a busca é por uma mudança maior? O problema é a relação com o gestor, ou a falta de oportunidades para crescer?

Para Mantovani, a primeira opção deve sempre ser tentar resolver a questão dentro de casa, mesmo que essa nem sempre seja a primeira resposta para quem está insatisfeito.

Apenas 2% dos respondentes, por exemplo, vislumbram mudar de área na mesma empresa.

INFORME

Para os cerca de um terço que pretendem buscar uma promoção internamente, Mantovani destaca que o ânimo maior do mercado não é suficiente para garantir o avanço. "O mercado pode estar bom, mas a empresa não", diz.

Além disso, antes de qualquer pedido é preciso observar o perfil de quem ocupa a posição que o profissional almeja. "Se sou analista e quero ser coordenador, tenho o perfil técnico e a mesma capacitação dos coordenadores? Se todo mundo fala inglês e eu não, não adianta pedir", diz.

Ele recomenda marcar conversas com o chefe para sondar e questionar qual o melhor caminho para avançar nos cargos dentro da empresa.

Aos 40% que buscam mudar de empresa, antes de começar a procura por emprego ele recomenda fazer um "benchmark" de quem está concorrendo pelas mesmas vagas que você - entender os requisitos e se há algo a ser melhorado no seu perfil para aumentar suas chances.

Entre profissionais que estão desempregados, 51% aceitariam uma oferta com cargo e salário mais baixos do que a última posição ocupada. Mantovani aponta que o mercado executivo está longe do 'boom' salarial de antes da crise, e a tendência é isso se manter por mais tempo.

Quase 30% dos respondentes só aceitaria um salário e/ou um cargo abaixo do anterior se a vaga fosse oferecida por uma empresa que valesse a pena.

"Se ela tem uma imagem boa, perspectiva de carreira, qualidade de vida ou uma marca forte, isso ajuda na negociação salarial", diz.

Para 13%, é a aparência que conta- eles aceitariam um salário menor se pudessem manter um cargo similar ao anterior.

Para Mantovani, a opinião é ultrapassada. "Mostrar o seu impacto na organização é mais relevante do que o cargo." Já 7% não aceitariam ganhar menos do que a última posição.

(Fonte: Valor Econômico – 26/03/2019)

Treinamento de funcionários pode evitar ações judiciais

Após recentes proibições de entrada de visitantes em shoppings, especialistas avaliam que empresas precisam preparar seus colaboradores

REBECCA EMY • SÃO PAULO

Os limites que estabelecimentos comerciais, como shopping centers, podem colocar sobre a livre circulação de pessoas estão cada vez mais em evidência após casos recentes de proibição de entrada de visitantes, sem motivos contundentes, causarem polêmica no Estado. Para especialistas, o treinamento de funcionários para lidar com essas questões é fundamental para evitar até ações judiciais.

O caso mais recente de proibição de acesso ocorreu na semana passada, quando um grupo de 120 alunos de seis a dez anos de escolas públicas de Guaratinguetá, no interior paulista, foram impedidos de entrar na exposição Mickey 90 Anos realizada no shopping JK Iguatemi, na capital. A responsabilidade da ação foi atribuída a recepcionista Beatriz (o sobrenome não foi revelado). A funcionária da ONG Orientavida, responsável por gerir o evento, foi demitida na mesma semana.

“Para que os funcionários não levem para o trabalho uma bagagem de conceitos e preconceitos que acumularam em experiências anteriores, é necessário que a empresa estabeleça regras e que treine seus empregados que lidam com o público”, explica a advogada da área trabalhista do SV Law, Boriska Rocha.

A especialista diz que as medidas, mesmo que não finalizem completamente o problema, podem ajudar a diminuir constrangimentos e ações judiciais. Isso porque, segundo ela, entre as medidas cabíveis a serem tomadas por aqueles que se sentiram de alguma forma lesionados estão os pedidos de indenização por danos morais.

O professor de pós graduação da Escola de Direito do Brasil Ricardo Rezende considera que, em regra, a entrada de pessoas em estabelecimentos privados é livre. Segundo ele, a interferência de funcionários no controle de acesso faz sentido quando há a presença de alguém que esteja perturbando o ambiente ou impedindo a prestação de serviços. Em outros casos, ele explica que a empresa não pode simplesmente julgar quem deve ou não entrar.

INFORME

Segurança

Para o sócio da área consumerista do escritório de advocacia Siqueira Castro, Eduardo Macedo Leitão, é preciso entender que, na verdade, os estabelecimentos comerciais – como os shoppings – são espaços privados com acesso público. O que, segundo ele, faz com que as empresas tenham o poder de exercer algumas medidas de segurança, entre elas está o controle de acesso.

“Os estabelecimentos respondem ao Código do Consumidor, que defende o livre acesso, mas também respondem por todos os danos causados ao público dentro do local. Eles têm o dever de dar segurança a quem estiver lá dentro e controlar quem entra no espaço é uma das formas de se fazer isso”, afirma.

Ele concorda que, quando são tomadas medidas preconceituosas e equivocadas, mesmo que de responsabilidade do funcionário, a empresa também responde. “Cabe à empresa treinar os funcionários para evitarem erros”, diz.

O especialista considera que as medidas de controle foram se estabelecendo por experiências anteriores. Como exemplo, ele cita os rolezinhos, encontros que mobilizavam centenas de pessoas para se encontrarem em determinados lugares, como shoppings, e que, em alguns casos, geraram assaltos e violência.

“Claro que isso fica a critério da sensibilidade dos seguranças. Uma pessoa que de algum modo parece um fundamentalista religioso devido suas vestimentas corre o risco de ser barrado com o julgamento de ser um terrorista, por exemplo. Mas nem sempre o infrator tem um perfil que o denuncie, como aconteceu no shopping Morumbi”, diz Leitão.

O especialista se refere a um ataque realizado em 1999 pelo estudante de medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo Mateus da Costa Meira, que entrou no cinema do shopping Morumbi, na zona Sul da capital, e matou a tiros três pessoas.

(Fonte: DCI – 26/03/2019)